



# ***“Elaboração da Agenda 21 Local para a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte”***



## **Estratégia de Sustentabilidade do Concelho da Lousã**

## SUMÁRIO EXECUTIVO

A crescente degradação dos ecossistemas e as ameaças que afectam o equilíbrio ambiental e o tecido económico e social têm determinado a procura de modelos mais sustentáveis, que visam o desenvolvimento em diferentes vertentes (económica, social, cultural e ambiental) sem comprometer as gerações futuras.

É neste contexto que surge a Agenda 21 Local, baseada no conceito de desenvolvimento sustentável. Alcançar o desenvolvimento sustentável significa alcançar o equilíbrio entre a preservação dos recursos naturais (sítio onde vivemos), o desenvolvimento económico (actividades que exercemos) e a qualidade de vida e justiça social (oportunidades para todos).

Ciente da importância do desenvolvimento alinhado com os novos paradigmas da sustentabilidade, o Município da Lousã, dando continuidade a projectos já em implementação, decidiu elaborar a Agenda 21 Local, convidando vários agentes locais a participar e a reflectir sobre o futuro desejado. O convite à participação estendeu-se a toda a população e, com a participação de todos, foram identificados domínios de análise prioritários e com os quais se construiu o Diagnóstico da Sustentabilidade do Concelho da Lousã.

Ao longo do processo de elaboração da Agenda 21 Local foram criados o Grupo Coordenador e o Fórum Participativo e entregues diferentes relatórios, determinantes para a construção do Diagnóstico da Sustentabilidade e da Estratégia de Sustentabilidade.

O Diagnóstico da Sustentabilidade consiste na compilação da informação sobre o enquadramento geral do Concelho e sobre domínios relevantes para o retrato actual do desenvolvimento social, desenvolvimento económico, contexto e indicadores ambientais e governação.

A Estratégia de Sustentabilidade agora apresentada decorre do Diagnóstico da Sustentabilidade e foi desenvolvida com base no trabalho conjunto entre a Sociedade Portuguesa de Inovação, o Município e os diferentes agentes locais que participaram ao longo do processo. O desafio da Sustentabilidade é assim um novo desígnio do Concelho da Lousã.

Fevereiro de 2010

A Sociedade Portuguesa de Inovação, S.A.

## ÍNDICE:

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2. ENQUADRAMENTO ESTRUTURAL</b>	<b>7</b>
3.1 Análise Crítica das Dinâmicas Locais	8
3.2 Aspectos distintivos e diferenciadores	12
<b>3. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE PARA O CONCELHO DA LOUSÃ</b>	<b>15</b>
3.1 Áreas de Actuação Prioritária	16
3.2 Visão de Sustentabilidade	17
3.3 Objectivos Operacionais	21
Objectivo Operacional 1. Aumentar a sustentabilidade das deslocações e dos modos de vida.	22
Objectivo Operacional 2. Proteger a integridade natural e cultural do Concelho e da Serra e torna-la parte da qualidade de vida Lousanense	23
Objectivo Operacional 3. Mobilizar toda a população e as colectividades para o desafio da Sustentabilidade	24
3.4 Bateria de Indicadores	26
<b>4. BOAS PRÁTICAS</b>	<b>30</b>
3.1 Caso 1 – “Comunidades Low Carbon” do Reino Unido	31
3.2 Caso 2 – Projecto MAPA – Mapa Positivo de Águeda	32
3.3 Caso 3 – Bairro Limpo – Câmara Municipal de Oeiras	33
<b>5. AGENTES CRÍTICOS PARA O SUCESSO DA AGENDA 21 LOCAL</b>	<b>34</b>
<b>6. PRÓXIMOS PASSOS</b>	<b>37</b>

## Índice das Tabelas:

Tabela 1. Ordenação das quatro áreas-chave da sustentabilidade, por grau de desenvolvimento aparente (escala crescente de 1 – pouco desenvolvido, 4 – muito desenvolvido).....	17
Tabela 2. Visão para o ano 2020 .....	18
Tabela 3. Ordenação dos indicadores SIDS.....	26
Tabela 4. Bateria de indicadores de implementação para monitorização da Agenda 21 Local da Lousã.....	27
Tabela 5. Matriz de impactos dos indicadores de implementação sobre os objectivos operacionais. ....	28
Tabela 6. Grupo Coordenador e Fórum Participativo da Lousã. ....	34

## Índice das Figuras:

Figura 1. Fluxograma de Reflexão.....	6
Figura 2. Dinâmica Estrutural da Lousã.....	12
Figura 3. Identificação de palavras que melhor caracterizam Lousã.....	13
Figura 4. Estratégia de Sustentabilidade.....	15
Figura 5. Áreas de Actuação Prioritária.....	17
Figura 6. Imagens da realização do I Fórum Participativo da Agenda 21 Local da Lousã.....	18
Figura 7. “Low Carbon Community”: Para onde vamos?.....	19
Figura 8. Síntese da Visão Proposta.....	20
Figura 9. Imagens da realização do II Fórum Participativo da Agenda 21 Local da Lousã.....	37

## 1. INTRODUÇÃO

A reflexão que proporcionou a génese do presente documento - “Estratégia de Sustentabilidade do Concelho da Lousã” - teve por base um processo de sistematização do conhecimento decorrente dos vários momentos de participação da comunidade da Lousã. A Estratégia é um instrumento de orientação no qual são estabelecidos os objectivos operacionais que irão nortear o desenho dos projectos de acção. O processo de reflexão pode ser sumariamente descrito da seguinte forma (Figura 1):

- Apresentação de uma **análise crítica às dinâmicas locais** decorrente do Diagnóstico da Sustentabilidade, dos contributos dos Fóruns Participativos e do Perfil da Comunidade (elaborado com base em inquérito à comunidade);
- Identificação dos **aspectos distintivos e diferenciadores do Concelho**, ou seja, elementos únicos do Concelho da Lousã e que constituem a base de intervenção para a sustentabilidade;
- Indicação das **áreas de actuação prioritárias**, ou seja, os domínios preferenciais de intervenção tendo em conta os problemas, potencialidades e a vontade da comunidade;
- **Definição da visão**, isto é, do objectivo central que se define como linha condutora de toda a Estratégia de Sustentabilidade:
- Da definição da Visão decorre a identificação de **objectivos operacionais** que constituem o pano de fundo para a estruturação da carteira de projectos do Plano de Acção;
- A identificação de **boas práticas**, ilustrativas do propósito da Agenda 21 Local, traduzindo-se em como exemplos inspiradores provenientes de outras experiências, destinados a fazer face a desafios semelhantes aos colocados à Lousã.

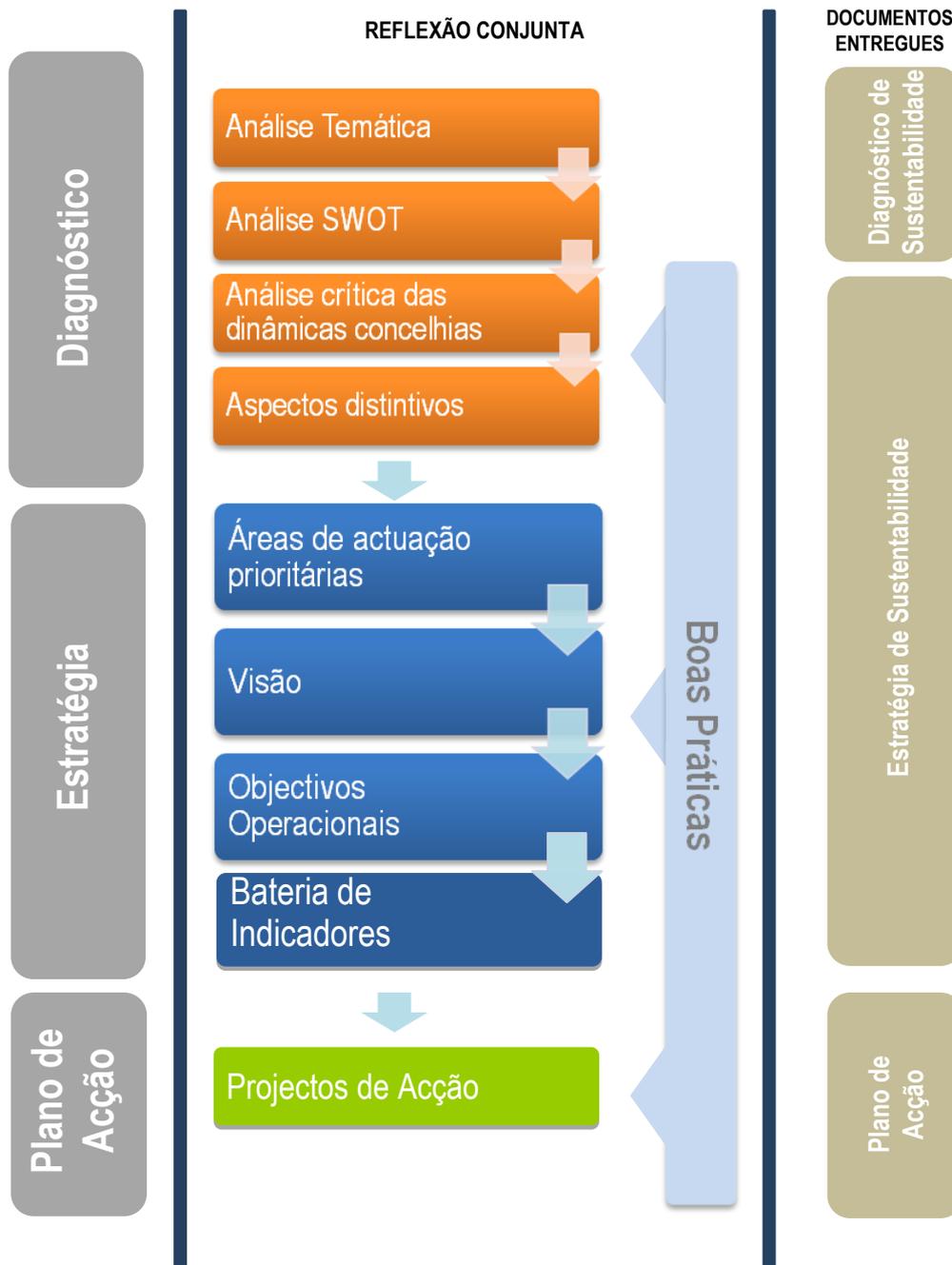


Figura 1. Fluxograma de Reflexão.

Fonte: SPI, Fevereiro de 2010.

## 2. ENQUADRAMENTO ESTRUTURAL

O modelo actual de desenvolvimento das nossas sociedades tem sido questionado face a um conjunto alargado de problemas actuais e ameaças que poderão condicionar a coesão social e igualdade de oportunidades, o equilíbrio ambiental e a prosperidade económica.

O progresso tecnológico, a globalização e o envelhecimento demográfico são fenómenos que estão a mudar a nossa sociedade. A conjuntura actual de abrandamento económico e uma concorrência globalizada determinam, em muitas regiões, uma reestruturação das dinâmicas económicas dos territórios, afectando de forma marcante os grupos sociais menos privilegiados. A realidade do País, e do Pinhal Interior, em termos de pessoas desempregadas, jovens que abandonam prematuramente o ensino e situações de pobreza e exclusão social são todavia demasiado frequentes, colocando pressão crescente sobre o Estado Social. A este cenário acresce o problema do uso inconsciente e desregrado dos recursos naturais, a poluição, a extinção das espécies e a degradação do meio ambiente e a consequente perda de biodiversidade, que tornam urgente a aposta em estratégias orientadas para uma maior aproximação entre o Homem e o seu habitat.

Os novos desafios colocados pela necessidade de sustentação do crescimento económico e pela “Estratégia de Lisboa”, aprofundados na futura estratégia “UE 2020”<sup>1</sup>, pelas mudanças climáticas e pela reavaliação dos progressos feitos em termos de coesão social, conduzem a uma maturação das opções estratégicas que consolidam o desígnio europeu de promoção de uma **economia social mais inteligente e mais verde**, sustentada nas seguintes linhas de força:

- **Uma economia baseada no conhecimento**, onde a educação e a formação ao longo da vida assumem o papel principal para capacitar e potenciar a base económica local, aumentar a produtividade e combater as desigualdades a todos os níveis: distribuição de rendimentos, acesso a serviços básicos, acesso a valências sócio-culturais, entre outras;
- **A capacitação das pessoas em sociedades inclusivas**, fomentando a criatividade, a inovação, a cooperação e o empreendedorismo, como motor de desenvolvimento das comunidades locais;
- **Uma economia competitiva, interligada e mais verde**, através da redução e optimização do consumo de recursos e energias não renováveis, a adopção de processos alternativos que conduzam a uma mudança de paradigma, tornando assim mais competitivas as economias locais e concomitantemente preservando e valorizando os recursos naturais endógenos.

---

<sup>1</sup> Este documento encontra-se correntemente em consulta pública, relativamente às opções estratégicas a nível comunitário para a próxima década: [http://ec.europa.eu/dgs/secretariat\\_general/eu2020/consultation\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/dgs/secretariat_general/eu2020/consultation_pt.htm)

### 3.1 Análise Crítica das Dinâmicas Locais

A Estratégia de Sustentabilidade da Agenda 21 Local da Lousã assume-se como o documento que orienta as ações concretas destinadas a mobilizar as dinâmicas locais necessárias para alcançar a sustentabilidade. A estratégia terá como objectivo a resolução dos principais problemas identificados à escala local, mas também o aproveitamento das potencialidades do Concelho que, estando actualmente presentes no território, se encontrem subvalorizadas. Neste sentido, a análise à Lousã permitiu inferir os seguintes factores estruturais caracterizadores do Concelho:

#### I. Evolução da população

- O Concelho da Lousã tem registado um **aumento considerável dos seus efectivos populacionais**, como o atesta os valores constantemente positivos da sua taxa de crescimento, que permitiram um aumento de cerca de 20% em 20 anos (1981-2001). Esta evolução tem origem fundamentalmente em taxas de migração extremamente elevadas resultantes da proximidade com Coimbra e do dinamismo empresarial do Concelho. Este influxo de novos residentes representa um risco de perda de coesão na comunidade, pelo que assume relevância a necessidade de reforçar laços de cooperação entre residentes, designadamente explorando o papel da cultura, da cidadania e do espírito comunitário no reforço da coesão social.
- A dinâmica demográfica do Concelho configura igualmente um **crescimento moderado da população mais jovem e um acentuado crescimento da população em idade activa**. Por um lado esta tendência faz sobressair a necessidade de reforçar as estruturas actuais de apoio à infância/adolescência. Por outro lado, a elevada percentagem de pessoas em idade activa coloca desafios à comunidade no sentido de desenvolver respostas ao nível da conciliação família-trabalho.

#### II. Apoio Social

- A cobertura do território em termos de instituições de solidariedade social, reforçadas por inúmeros programas complementares em diversas áreas (infância, idosos, deficiência e família e comunidade) representa uma clara aposta municipal na área social e a possibilidade de combater de forma efectiva os actuais problemas da Lousã. No entanto, o **aumento generalizado de procuras na área do apoio social**, denuncia um agravar da situação social, em consonância com a evolução regional e nacional. Esta evolução traduz-se em aumentos significativos do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, dos pedidos de apoio em géneros alimentícios, do número de desempregados e das crianças e jovens sinalizados. Haverá então a necessidade de reforçar a rede de estruturas de apoio social, seja em termos de IPSS seja em termos de projectos de apoio, no sentido de enfrentar esta nova situação.

### III. Aposta municipal na acessibilidade universal

- A preocupação com a **mobilidade e acessibilidade universal** constitui uma aposta da autarquia, transformando-a mesmo numa oportunidade inovadora para a valorização do seu património natural e cultural. O projecto “Lousã Acessível” e a criação da Provedoria para pessoas com incapacidade constituem algumas das fundações para o desenvolvimento dessa aposta.

### IV. Níveis de escolaridade

- O Concelho regista uma população significativa a nível sub-regional de pessoas com o nível secundário ou superior. Contudo, **os níveis de escolaridade continuam abaixo da média nacional** e Europeia e a **retenção escolar regista valores demasiado elevados** para contrariar esta situação. No contexto de uma “Sociedade do Conhecimento” este facto fragiliza as opções de desenvolvimento da comunidade da Lousã. Assim, para além das abordagens já existentes a nível municipal, a comunidade poderá beneficiar de acções adicionais e próximas de prevenção e combate ao insucesso escolar.

### V. Mobilidade e consumo energético

- As nossas escolhas em termos de deslocações traduzem-se em **níveis de consumo de combustível e de emissão de poluentes superiores à média nacional**, constituindo uma contribuição indesejável em termos de emissões de gases de efeito estufa, causadores das mudanças climáticas. Para além disso prevê-se num futuro próximo, uma subida acentuada dos preços dos combustíveis, algo que pode ser um problema perante os nossos consumos. Contudo, Lousã possui um meio de transporte - o comboio/metro de superfície - que poderá ser um elemento importante na transformação para um Concelho sustentável em termos de mobilidade.
- Igualmente, o Concelho apresenta **níveis elevados de consumo de energia per capita no sector doméstico e no sector empresarial**. Estes valores de consumo são o resultado de hábitos de sobre-utilização deste recurso, pelo que a alteração deste cenário é perfeitamente possível através da promoção de novos hábitos de consumo. Para além disso, a evolução tecnológica que se tem verificado permite ganhos consideráveis de eficiência.

### VI. Gestão de resíduos

- O volume de produção de resíduos e a forma como são actualmente geridos constitui uma fonte de preocupação para os Lousanenses. Neste âmbito, em virtude da colocação de ecopontos (vidro, plástico, papel, mas também óleos e monstros) de forma sistemática pelas vilas e lugares do Concelho, tem-se verificado uma tendência positiva nos últimos anos, no sentido da instituição do hábito de reciclar materiais para além do vidro. No entanto, ainda se verificam por todo o Concelho **situações de deposição indevida e considerável de lixo**, em particular à beira-estrada, constituindo uma fonte de desvirtuamento da paisagem.

## VII. Dinamismo empresarial

- O Município caracteriza-se por um **dinamismo empresarial que se destaca ao nível do Pinhal Interior Norte**, marcado por um forte sector industrial. Contudo apresenta sinais de debilidades estruturais, especialmente no que se refere à escassa qualificação da força de trabalho. O risco associado à concentração de grande parte da riqueza e do emprego num número relativamente pequeno de empresas coloca o Concelho à mercê das crises conjunturais de uma economia aberta ao exterior e muito competitiva. Como foi destacado nos Fóruns Participativos, a alteração deste cenário encontra-se condicionada pela falta de empreendedorismo evidenciada pela população local, bem como por áreas industriais que não servem da melhor forma as empresas, tanto pela sua dispersão e reduzido tamanho, como pela “insustentabilidade” das suas actividades de apoio.

## VIII. Serra da Lousã

- A **Serra da Lousã** compreende paisagens e áreas naturais importantes para a manutenção de habitats de elevado valor genético, que compreendem floresta autóctone e galerias antigas nas zonas ribeirinhas. As iniciativas de preservação e valorização da natureza têm assumido uma importância crescente nas políticas Lousanenses. Algumas dessas iniciativas assumem mesmo um carácter inovador no contexto Português, onde se destacam as actividades da associação Lousitanea, em termos de sensibilização e promoção dos valores ambientais e o processo de certificação em grupo “Bosques da Lousã”, resultante de uma parceria com o Centro Pinus (indústrias de pinheiro bravo), a Aflopinhal (associação florestal) e proprietários privados. Também o turismo ecológico desenvolvido nesta área constitui motivo de satisfação para a população local, especialmente a valorização das **Aldeias Serranas**. Estas iniciativas constituem um instrumento importante para combater as ameaças que pairam sobre este património natural: risco de incêndio (para o qual tem criada uma associação de combate) e a proliferação de espécies invasoras (acácia mimosa). Desta pressão ambiental advém a necessidade de acções integradas e continuadas, que possam retirar ensinamentos das acções já desenvolvidas e que procurem maior envolvimento da população.

## IX. Produtos e comércio local

- O Concelho possui **recursos locais de elevado valor** como o mel, a castanha, as ervas aromáticas e o artesanato, divulgados em eventos próprios: Mostra Nacional de Artesanato e a Feira da Castanha. Estes produtos são correntemente produzidos de forma tradicional, alguns estão mesmo associados às diversas Aldeias de Xisto que Lousã possui. Os agentes locais destacam a necessidade os dinamizar, não abdicando dos métodos tradicionais garantes da sua qualidade.
- Adicionalmente, a percepção local aponta para uma **falta de apoio ao comércio local**, em virtude de um cenário de um comércio tradicional decadente em desfavor das grandes superfícies, contribuindo,

como consequência, para a degradação de edifícios e para a desertificação da zona histórica da vila da Lousã.

## X. Cultura

- Lousã possui um **rico património histórico e valiosas tradições e costumes** (artesanato, gastronomia, festas, saber-fazer). Deste património sobressai o Castelo da Lousã, não só como valor cultural mas como elemento da identidade do Concelho, e a Serra da Lousã, enquanto fonte de saberes tradicionais. A sua valorização é objecto de diversas iniciativas, designadamente da rede de Aldeias de Xisto e do Ecomuseu, composto por valências de exposição mas também de investigação científica do património local. No entanto, a opinião local aponta para **níveis insuficientes de desenvolvimento cultural**, designadamente no que se refere à consideração da cultura não só como um produto artístico mas como fonte de desenvolvimento local. Existem já no terreno, exemplos destas actividades culturais que envolvem a comunidade de forma próxima.

## XI. Cidadania

- A **escassa intervenção cívica** é vista como um entrave ao desenvolvimento sustentável da Lousã. Por um lado, aponta-se para a demissão da responsabilização individual na escolha das trajectórias de desenvolvimento da comunidade. Por outro lado, aponta-se para a falta de solicitação do envolvimento da comunidade, em particular em resultado de uma divulgação tímida e limitada.



Figura 2. Dinâmica Estrutural da Lousã.

Fonte: SPI, Janeiro 2010.

No sentido de contribuir para o acréscimo da qualidade de vida da população da Lousã a Estratégia de Sustentabilidade deverá obrigatoriamente abordar as questões supracitadas.

### 3.2 Aspectos distintivos e diferenciadores

O Concelho da Lousã apresenta um conjunto de factores diferenciadores que concorrem para a sua afirmação como espaço sustentável. A questão da mobilidade e dos consumos energéticos, a Serra da Lousã e o património natural e cultural associado nas suas diversas vertentes e a participação pública são os que se apresentam como diferenciadores na definição da estratégia de sustentabilidade do Concelho da Lousã.



#### Mobilidade e consumo energético

O transporte ferroviário constitui um meio de transporte com expressão significativa. Ao

mesmo tempo apresenta níveis de consumo de combustível e de ineficiência energética incompatíveis com a redução desejada das emissões de gases de efeito estufa. A aposta municipal na mobilidade sem obstáculos e portanto acessível a todos os grupos sociais reforça a importância desta vertente da sustentabilidade.



### Serra da Lousã – património natural e cultural

A Serra da Lousã compreende paisagens e áreas naturais importantes para a manutenção de habitats de elevado valor genético, que compreendem floresta autóctone e galerias antigas nas zonas ribeirinhas. A estes valores ambientais acresce um património cultural único, traduzido nas aldeias de xisto, na existência de recursos endógenos como a castanha, o mel e as ervas aromáticas e especialmente enquanto fonte de saberes tradicionais,



### Participação pública

Os níveis de participação da comunidade nas actividades de cariz político, social e cultural são considerados baixos. O inverter desta situação, no sentido da mobilização da comunidade, é considerada como um elemento –chave para que se alcance o desenvolvimento sustentável na Lousã.

A análise da percepção da população reflecte as dinâmicas locais referidas anteriormente. A figura seguinte mostra, em esquema, as palavras-chave utilizadas para definir o Concelho no âmbito dos inquéritos distribuídos às escolas, juntas de freguesia, instituições (sociais, culturais, etc.), empresas e à população em geral. Na figura, o tamanho das palavras reflecte a frequência com que esse aspecto era mencionado.



Figura 3. Identificação de palavras que melhor caracterizam Lousã.

Fonte: Questionários, SPI, 2009.

Como se pode verificar, foram referenciadas a Serra da Lousã, em termos de paisagem, floresta e os seus valores naturais, bem como as suas Aldeias de Xisto e recursos endógenos. Ao mesmo tempo foram referenciados o aproveitamento das energias renováveis, a aposta municipal na área do apoio social e educação, a dimensão apreciável que o associativismo tem no Concelho e a importância das áreas de acolhimento empresarial para o desenvolvimento económico.

### 3. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE PARA O CONCELHO DA LOUSÃ

O conhecimento proveniente dos momentos de reflexão permitiram identificar os problemas que mais afectam os cidadãos e os pontos fortes do território. Esses momentos possibilitaram também a atribuição de prioridades às opções de desenvolvimento ambicionadas pela comunidade.

A metodologia empregue para a definição de acções a desenvolver na Lousã encontra-se esquematizada na figura seguinte.



Figura 4. Estratégia de Sustentabilidade.

Fonte: SPI, Janeiro 2010.

Assim, a Estratégia incide especificamente sobre **áreas de actuação prioritárias**, identificadas pela comunidade. A **visão** corresponde ao cenário de desenvolvimento futuro, o objectivo central que se define como linha condutora de toda a Estratégia de Sustentabilidade. Da definição da **visão** decorre a identificação dos **objectivos operacionais** que serão concretizados através de **projectos de acção**, correspondentes à sua objectivação nas várias áreas de actuação prioritária e das metas que se pretendem alcançar através da implementação da Agenda 21 Local.

A Estratégia não estabelece desde logo metas definitivas e globais que resolvam de forma imediata os problemas locais de sustentabilidade. Ao invés pretende-se começar pelas fundações: medidas práticas e visíveis que sejam mobilizadoras do envolvimento da população e das instituições e da alteração de comportamentos e em que haja uma relação directa entre o envolvimento das pessoas e os resultados alcançados.

Este desígnio, ambicioso num contexto de escassa intervenção cívica, determina a concentração dessa resposta em áreas de aplicação perfeitamente definida, em que a educação/sensibilização para a sustentabilidade assumem um papel-chave e transversal.

A mobilização da comunidade e a alteração de pequenos comportamentos são assim os princípios que norteiam a presente Estratégia de Sustentabilidade da Agenda 21 Local da Lousã, assumida como uma

estratégia que ambiciona gerar as dinâmicas necessárias a nível local de modo a produzir efeitos multiplicadores a longo prazo e em outras escalas de governação.

*“O desenvolvimento sustentável, como um processo complexo com diversos factores interrelacionados, requer a participação de todos os membros da sociedade, como decisores de políticas, produtores, consumidores, cientistas, engenheiros, educadores, comunicadores, activistas comunitários e votantes”. ONU(2002), “Global Challenge, Global Opportunity – Trends in Sustainable Development” – documento de preparação da Conferência Mundial do Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo.*

Neste contexto, o estabelecimento de metas é uma ferramenta importante para o sucesso estrutural da Agenda. Será então definida uma bateria de indicadores que se pretende vir a constituir como métrica de avaliação da implementação dos projectos. A criação de um **sistema de acompanhamento e monitorização** da Agenda 21 Local constitui o último patamar da definição estratégica da Agenda 21 Local e que assegura a sua exequibilidade, monitorização e controlo..

### 3.1 Áreas de Actuação Prioritária

*“Um desenvolvimento sustentável pressupõe a preocupação não só com o presente mas com a qualidade de vida das gerações futuras, protegendo recursos vitais, incrementando factores de coesão social e equidade, garantindo um crescimento económico amigo do ambiente e das pessoas”.*

*(Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007).*

A identificação das áreas de actuação de intervenção prioritária deverá reflectir as necessidades mais prementes do Concelho e o alcance de uma Agenda 21 Local.

O processo de identificação dessas áreas foi alvo de uma análise crítica, efectuada pelo município, sobre quais as áreas que mais têm sido trabalhadas. Assim, no Concelho, o aspecto cultural e social foi considerado o mais premente e necessário (Tabela 1).

Tabela 1. Ordenação das quatro áreas-chave da sustentabilidade, por grau de desenvolvimento aparente (escala crescente de 1 – pouco desenvolvido, 4 – muito desenvolvido).

Município	Social	Ambiental	Económico	Cultural
Alvaiázere	2	3	4	1
Ansião	-	-	-	-
Arganil	4	2	3	1
Castanheira de Pera	4	3	2	1
Figueiró dos Vinhos	3	1	4	2
Góis	4	2	1	3
<b>Lousã</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>
Miranda do Corvo	-	-	-	-
Oliveira do Hospital	-	-	-	-
Pampilhosa da Serra	4	2	1	3
Pedrógão Grande	2	3	4	1
Penela	3	1	4	2
Tábua	3	2	4	1
Vila Nova de Poiares	3	1	4	2
CIMPIN	3	2	4	1

Fonte: SPI, 2009.

No entanto, em sede de Fórum Participativo, foi consensual a necessidade de trabalhar áreas adicionais, tendo-se identificadas as áreas de actuação prioritárias indicadas na Figura 5.



Figura 5. Áreas de Actuação Prioritária.

Fonte: SPI, 2009.

Estas áreas não são independentes entre si, mas agregam-se no sentido de, potenciando complementaridades, se estabelecerem objectivos operacionais.

### 3.2 Visão de Sustentabilidade

De acordo com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), as políticas de desenvolvimento sustentável têm como pano de fundo uma visão integradora do desenvolvimento harmonioso entre a economia, a sociedade e a natureza, respeitando a biodiversidade e os recursos naturais, de solidariedade entre gerações e de co-responsabilização e solidariedade entre territórios.

O primeiro passo para a definição da visão da comunidade foi dado no I Fórum Participativo, onde os participantes foram inquiridos relativamente à sua ambição para Lousã no ano 2020 (Figura 6).



Figura 6. Imagens da realização do I Fórum Participativo da Agenda 21 Local da Lousã

Fonte: SPI, 2009.

O resultado desse exercício encontra-se patente na Tabela 2. Visão para o ano 2020.

Tabela 2. Visão para o ano 2020  
I Fórum Participativo da Agenda 21 Local da Lousã.

Em 2020, Lousã será uma comunidade...
“Onde existe um quartel de bombeiros, empresas e melhores acessos.”
“Com valores de cidadania, solidariedade e consequentemente de coesão social.”
“Socialmente responsável e acessível.”
“Com uma gestão florestal sustentável, um tecido empresarial igualmente sustentável, constituindo-se como um verdadeiro impulsionador económico da região.”
“Com emprego, cuidados de saúde, lazer e educação.”
“Com um território equilibrado e acessível do ponto de vista social, económico e tecnológico, com consciência cívica e uma participação activa da cidadania.”
“Com uma rede de transportes públicos no centro e arredores do Concelho, aproveitando a ligação ao metro de Coimbra.”
“Dinâmica com actividades da natureza sustentáveis e uma escola superior renovada que dignifique o ensino profissional.”
“Com pleno emprego, sem pôr em causa o meio ambiente.”
“Com uma rede de transportes públicos abrangente, com turismo acessível para todos, com actividades culturais e económicas. Um território com qualidade e vida, respeitando os recursos naturais e o património.”

Fonte: SPI, 2009.

Reiterando o exposto e respondendo aos desafios estruturais identificados, a visão estratégica do Concelho da Lousã corresponde à visão de uma comunidade sustentável de acordo com os seguintes princípios:

- Promoção de um modelo de mobilidade sustentável, que considera todos os grupos sociais e que não se limite à provisão de infra-estruturas;
- Aproveitamento dos recursos energéticos do território que tenha por base a racionalização dos consumos energéticos e a mudança de hábitos e comportamentos;

- Preservação do património ambiental único, garante da qualidade ambiental e paisagística do território;
- Promoção da cultura como elemento central de desenvolvimento e coesão comunitária;
- Promoção de um planeamento urbano integrador de diferenças;
- Integração dos vários grupos sociais da comunidade, enquanto gestores do seu futuro e das suas opções de desenvolvimento.

Como fonte de inspiração, a estratégia do Concelho da Lousã assume o conceito de **Comunidade de Carbono Zero**. Uma Comunidade de Carbono Zero consiste na acção conjunta a nível de comunidade, em termos de estilo de vida e mentalidade e em termos de utilização de materiais e infra-estruturas que tornam o território eficiente, com o objectivo de criar um futuro de baixas emissões de carbono em resposta às alterações climáticas.



Figura 7. “Low Carbon Community”: Para onde vamos?

Fonte: <http://lowcarboncommunities.net/about/>.

O Concelho da Lousã ambiciona afirmar-se como uma comunidade baseada no consumo sustentável, onde o respeito e a valorização da natureza, a coesão da comunidade e as valorização das suas raízes culturais e identitárias constituem a sua imagem de marca, contribuindo assim para proporcionar qualidade de vida para os seus cidadãos.

Em suma, o Concelho da Lousã define a sua Visão de Sustentabilidade do seguinte modo:

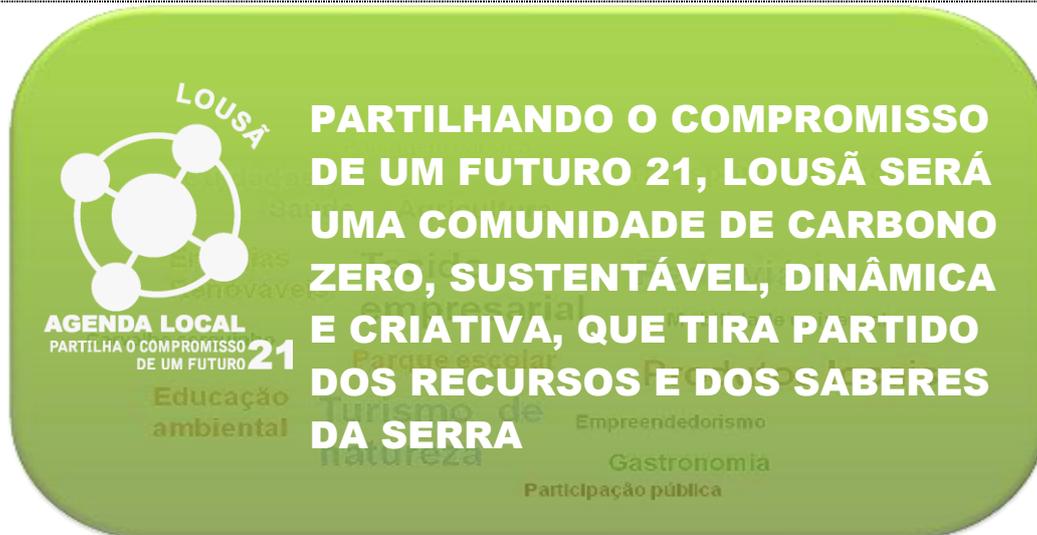


Figura 8. Síntese da Visão Proposta.

Fonte: SPI, 2010.

A concretização da visão que se quer partilhada por todos, de modo a que todos participem e se sintam responsáveis pelo seu sucesso, supõe a delineação de um programa de acção. Este terá obrigatoriamente que cumprir os requisitos de **mobilização da comunidade para a gestão sustentável do território da Lousã**, da **co-responsabilização da comunidade nas principais decisões**, através da sua participação pública e da **capacitação da comunidade para enfrentar os desafios da sustentabilidade**.

Estes requisitos implicam uma mudança profunda na cultura organizacional, trazendo para o mesmo palco todos os agentes de desenvolvimento local, do sector público e privado, que se comprometem em garantir o sucesso desta nova agenda de sustentabilidade para a Lousã.

*“O futuro do planeta será profundamente influenciado pelas escolhas feitas hoje e se essas escolhas forem enviesadas, o ambiente não será preservado e a economia não será sustentável. Por isso o desafio é ciclópico. As escolhas para o futuro podem passar primeiro por uma abordagem realista e pragmática no desenvolvimento das políticas a seguir. Há que ter em conta o enorme impacto de medidas práticas que estão ao nosso alcance e que podem ser implementadas desde já. Estas medidas podem não trazer “dividendos mediáticos”, mas trazem com certeza soluções sustentáveis.”*

*In A Equação Energética, os Novos Desafios e as Implicações Ambientais - Departamento de  
Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais, 2008*

### 3.3 Objectivos Operacionais

*“Perguntámos a este homem sábio muitas questões: “Quem fará isto? Como forçaremos o governo ou aquela empresa a fazer isto? ... Ele sempre dirigiu os nossos pensamentos de o que outros poderiam fazer para o que nós próprios poderíamos fazer. É assim que começa a Agenda 21: NÓS!”.*

De: Planeta Terra; Agenda 21 nos olhos das crianças e jovens.  
De uma entrevista com Tommy Kob, Vogal da Comité Geral da UNCED.

A concretização das ambições vertidas na Visão, que concernem a população e as colectividades da Lousã, orienta as acções para os próximos dez anos em torno de três grandes objectivos operacionais temáticos, mas intimamente interrelacionados, ancorados nos princípios mencionados anteriormente e em inter-relação estreita com as áreas de actuação prioritária definidas pelo somatório das análises efectuadas nos momentos de participação e de diagnóstico, conforme se demonstra na figura seguinte.

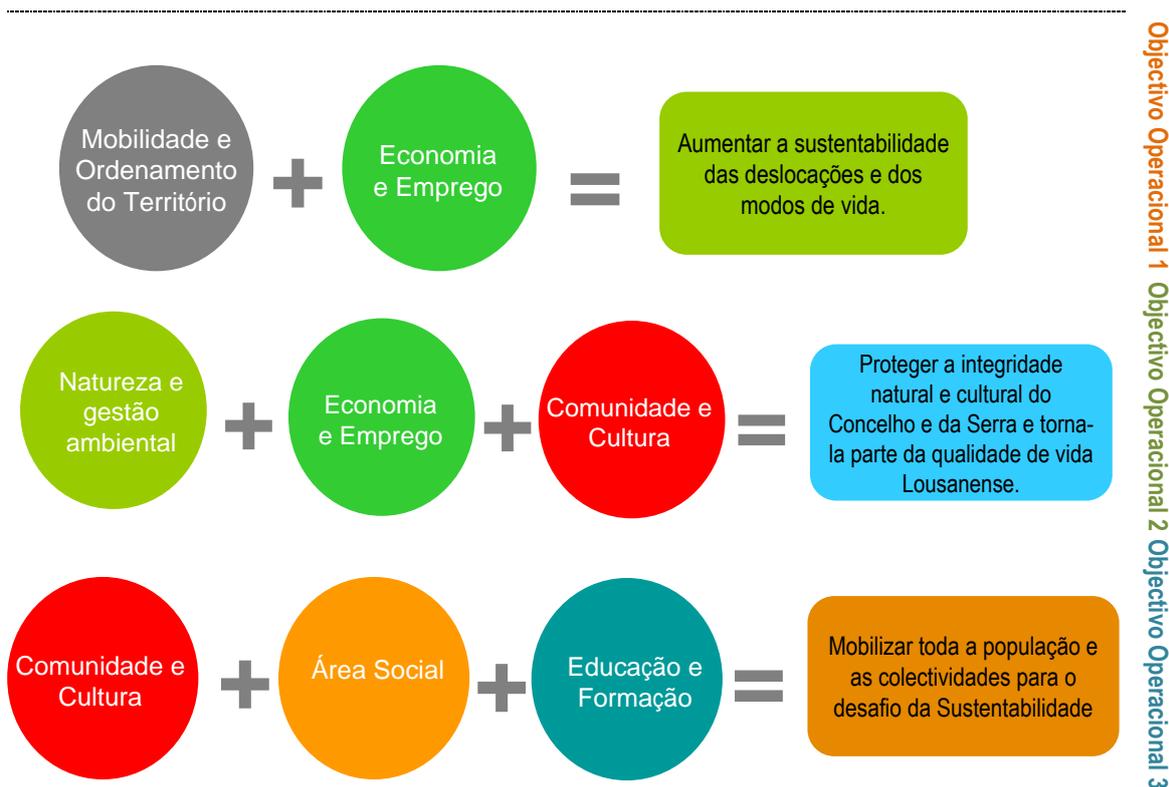


Figura 9. Relações sistémicas entre as áreas de actuação prioritária e os objectivos operacionais.

Fonte: SPI, 2010.

## **Objectivo Operacional 1. Aumentar a sustentabilidade das deslocações e dos modos de vida.**

**Com este objectivo pretende-se alcançar:**

- a) a utilização racional da electricidade e da água em casa, na comunidade empresarial e no sector público;
- b) a promoção da reciclagem;
- c) a redução da utilização do automóvel e o aumento da utilização de modos de transporte alternativos;
- d) o reforço da aposta na acessibilidade universal.

As mudanças climáticas causadas pelo Homem constituem uma ameaça à vida na Terra tal como a conhecemos. Perante o actual quadro, torna-se fundamental sensibilizar os cidadãos para a importância que o comportamento de cada um poderá ter, através de pequenas acções, na redução de impactos ambientais. Também as empresas do comércio ou indústria devem contribuir com a adopção de tecnologias e modos de estar na comunidade que privilegiem as baixas emissões ou um saldo zero de emissões de carbono.

O caminho da sustentabilidade da Lousã pressupõe também a alteração da forma como consumimos água e rejeitamos recursos. No primeiro caso é essencial promover uma correcta gestão, sensibilizando a população para o seu consumo suficiente e a disseminação de boas práticas. No segundo caso pretende-se promover hábitos de reciclagem e de incentivo à compostagem de forma a manter ruas e florestas limpas.

O papel do sector público e da autarquia em particular é essencial não só como agente sensibilizador de práticas sustentáveis, mas também como agente propiciador dessas mesmas práticas. A este título constitui uma medida especialmente eficaz a consideração de critérios de sustentabilidade nos cadernos de encargos para a aquisição de bens ou serviços. Adicionalmente, a administração pública deverá corresponder às suas obrigações quanto à monitorização dos gastos energéticos e hídricos próprios e de substituição de tecnologias obsoletas por novas tecnologias mais eficientes.

As deslocações interconcelhias, essenciais na Lousã dada a forte ligação que une este município a Coimbra, são grandes contribuintes para as emissões de gases de efeito estufa, como o demonstram os indicadores ambientais. A inversão desta tendência começa pela promoção de redes cicláveis/pedonais que liguem todas as freguesias, em que os centros dos lugares e vilas, os principais focos de emprego (áreas industriais) e as duas estações do metro de superfície constituam os nós dessa rede. Ao mesmo tempo, no intuito de promover uma utilização efectiva da rede, serão desenvolvidas acções de sensibilização da sua importância e demonstradoras da sua simplicidade.

A diminuição das deslocações também será promovida pela redução da sua necessidade, através da articulação com os resultados que se esperam conseguir no Objectivo Operacional 2, pelo incentivo a um comércio de proximidade.

A aposta municipal na acessibilidade universal e no turismo acessível a todos será reforçada por acções de base eminentemente comunitária ou complementares às correntemente desenvolvidas. Em primeiro lugar, partindo da consideração do papel que a circulação automóvel e o estacionamento indevido desempenham no condicionamento da mobilidade, pretende-se dar primazia ao peão e ciclista nos centros urbanos, designadamente através da integração deste objectivo nos instrumentos de gestão territorial correntemente em elaboração. Em segundo lugar, pretende-se complementar acções de natureza física de acessibilidade universal (em edifícios, no espaço público) com acções de sensibilização e discussão em comunidade, nomeadamente através da congregação de entidades com influência/impacto nesta matéria. Finalmente, pretende-se explorar o potencial das tecnologias de informação e comunicação para qualificar serviços actualmente prestados pela autarquia ou pela comunidade a cidadãos com incapacidade ou que residam em lugares remotos do Concelho.

## **Objectivo Operacional 2. Proteger a integridade natural e cultural do Concelho e da Serra e torná-la parte da qualidade de vida Lousanense.**

**Com este objectivo pretende-se alcançar:**

- a) promover o conhecimento do território;
- b) preservar o património natural;
- c) promover novas actividades económicas, culturais e sociais baseadas na natureza e nas tradições da Serra da Lousã;
- d) a promoção do turismo de natureza, que respeita o ambiente e integra a população;

O presente objectivo propõe que Lousã tire partido dos seus próprios recursos. No entanto, considera-se que a valorização do território só é possível a partir do conhecimento das suas potencialidades e fragilidades. É com base neste princípio que se pretende promover a educação sobre o território da Lousã, nomeadamente sobre o património natural, o saber-fazer existente nos pequenos meios rurais da Serra da Lousã ou o que persiste nas diversas associações locais.

Ao redescobrir a enorme riqueza ecológica que a Serra da Lousã encerra, em termos de biodiversidade e paisagens sobressairá a necessidade de a proteger. Existem actualmente instrumentos que o Concelho desenvolve que são boas práticas de gestão sustentável da floresta e que podem contribuir para conter o desenvolvimento de espécies invasoras, um dos grandes problemas que a Serra enfrenta. Assim, pretende-se testar práticas favoráveis à biodiversidade da floresta, destacando-se a certificação de áreas

adicionais de floresta. O envolvimento da Aflopinhal será essencial, sendo também será procurado o envolvimento de toda a população na preservação do seu principal recurso.

A preservação dos valores naturais de elevada qualidade que caracterizam a Serra poderá então conduzir à sustentação de actividades sociais, recreativas e económicas. Serão assim promovidas actividades e espaços de lazer, para a população local, que não perturbem o equilíbrio ambiental. O turismo ecológico, cuja procura tem crescido de forma considerável, terá também as condições óptimas de desenvolvimento. A população local, das aldeias serranas e do restante território, será integrada nas ofertas turísticas, de forma a proporcionar um acolhimento genuíno e carregado de vivências e costumes ancestrais.

De facto, a Serra também é uma fonte de saberes tradicionais e de produtos locais de elevada qualidade: a castanha, o mel e as ervas aromáticas, o artesanato e outras actividades tradicionais, etc. Pretende-se associar a produção local destes produtos ao seu consumo no próprio Concelho, através da criação/recuperação de pequenos mercados nos centros urbanos das vilas e lugares da Lousã. Neste caso serão envolvidos os produtores, os retalhistas e restaurantes, bem como a comunidade em geral. Esta troca de impressões entre produtores e vendedores serão fortalecidas, através da realização de encontros associados às actividades tradicionais, nas próprias aldeias e lugares da Lousã onde são produzidos. Nestes encontros será também promovida a consciencialização da população (em particular dos jovens) relativamente aos produtos próprios da Lousã.

Finalmente, serão reforçadas as competências necessárias para concretizar o potencial económico dos produtos locais e do saber-fazer local. A este título, o projecto COPEQ constitui um exemplo dessa consideração, através do reforço nos alunos de atitudes criativas e empreendedoras associadas ao comércio tradicional Lousanense. As entidades de formação profissional, como a Escola Profissional da Lousã, poderão contribuir de forma relevante, ensinando competências especificamente relacionadas com esta aposta (a Escola já ensina técnicos de design e de turismo).

### **Objectivo Operacional 3. Mobilizar toda a população e as colectividades para o desafio da Sustentabilidade**

**Com este objectivo pretende-se alcançar**

- a) a continuidade do Fórum Participativo e a criação de outras formas de discussão em comunidade;
- b) o aproveitamento do dinamismo associativo;
- c) a participação activa da população jovem; e,
- d) o apoio institucional a acções bem conseguidas e à sua continuidade.

A escassa participação pública, identificada pelos membros do Fórum Participativo, bem como a evolução demográfica da Lousã encerra alguns riscos de perda de coesão social e intergeracional. Com este objectivo pretende-se promover a cidadania participativa, a consciência social e o envolvimento de todos como o ponto de partida para um novo espírito comunitário. A realização do Fórum Participativo constitui um primeiro passo, que poderá ser fortalecido através de uma maior e mais efectiva participação dos cidadãos da Lousã. A expressão da sua vontade será depois alargada a reuniões locais e/ou mesas-redondas, abertas à comunidade e em temas determinados: educação, apoio social, cultura, natureza, etc. Pretende-se explorar o potencial de intervenção cívica presente no Concelho, como ficou demonstrado pela ampla aceitação do recente projecto Limpar Portugal, em que Lousã albergou mesmo uma das primeiras reuniões iniciais de preparação.

As associações locais, cujo dinamismo é visto como uma potencialidade concelhia, serão chamadas para integrar este esforço, no sentido de desenvolver novos eventos sociais e culturais, nomeadamente através de animações associadas ao património construído ou aos costumes e tradições da Lousã. Neste sentido, será promovida a interdisciplinaridade: as associações florestais terão um papel a desempenhar nas actividades culturais e estas poderão acrescentar algo às actividades na floresta.

A população jovem, percebida pelos Lousanenses como pouco interessada e desmotivada, terá também um papel importante, procurando-se que se constituam como os principais agentes de mudança, seja em termos de sensibilização dos mais velhos, seja como promotores do exemplo de uma sociedade solidária, confiante e mobilizada. Neste caso, a sugestão de ideias e formas de intervenção será alvo de concursos de ideias ou outras formas de garantir a sua própria iniciativa. Uma área de intervenção privilegiada será o apoio a idosos, no seguimento da identificação de algumas carências ao nível dos correspondentes equipamentos. Pretende-se que estas acções não se fechem na escola, mas que se alarguem a toda a comunidade.

A autarquia e outros órgãos locais serão chamados a intervir no sentido do apoio ao desenvolvimento das acções dos cidadãos e a uma eventual multiplicação das iniciativas mais interessantes e conseguidas. A intenção é apoiar a divulgação e visibilidade das boas ideias e da militância activa, nos seus primeiros projectos e acções, de forma a garantir a sua continuidade. Assim, serão testadas formas de Orçamento Participativo na vertente social/cultural, de forma a proporcionar apoio sustentado a estas iniciativas. O envolvimento dos meios de comunicação locais – rádio, jornais e boletim municipal - também será explorado.

Para este objectivo, e nos projectos com ele alinhados é importante que estejam envolvidos um conjunto alargado de intervenientes: as escolas, associações de pais, associações de alunos, instituições de apoio social, autarquia, juntas de freguesia, associações culturais e recreativas, associações desportivas e outros representantes da sociedade civil.

### 3.4 Bateria de Indicadores

*“É um facto que a sustentabilidade foi adoptada por cientistas, primeiros-ministros e cidadãos de igual forma, como um objectivo para o mundo onde gostaríamos de viver, mas a sua medição é não existente.”*

*In Ruta e Hamilton, 2007*

O Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS) é um instrumento para avaliar e relatar a evolução da sustentabilidade do país. *“O objectivo fundamental que suporta a monitorização do estado do ambiente e da sustentabilidade é a melhoria da qualidade das decisões em gestão da sustentabilidade. São necessárias relações mais estreitas entre os resultados da monitorização da sustentabilidade e as respostas políticas dos decisores (Brown e Dick, 2001). A utilização de indicadores apresenta-se actualmente como uma ferramenta essencial na gestão e avaliação da sustentabilidade. Os indicadores de desenvolvimento sustentável constituem um instrumento fundamental no contexto da avaliação do desempenho da sustentabilidade, ao nível dos países, das regiões, das comunidades locais, das actividades económicas, organizações públicas e privadas, políticas, missões, projectos, actividades, produtos e serviços (Ramos, 2004).”* (SIDS, Dezembro 2007).

A tabela seguinte reflecte a escolha e ordenação dos indicadores SIDS na reunião de auscultação dos técnicos autárquicos.

Tabela 3. Ordenação dos indicadores SIDS.

IMPORTÂNCIA	INDICADOR SIDS
1	Nível de escolaridade da população activa
2	Taxa de desemprego
3	Taxa de analfabetismo
4	Utilização das TIC
5	Rede de serviços e equipamentos sociais
6	População servida com sistema de abastecimento de água
7	População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais
8	Qualidade da água para consumo humano
9	Ocupação e uso do solo
10	Estrutura da rede viária e fragmentação do território
11	Gestão ambiental e responsabilidade social
12	Recursos culturais
13	Actividades socioculturais
14	Intensidade Turística
15	Capacidade de alojamento turístico

Fonte: SPI, 2009.

Não obstante, a estratégia de sustentabilidade definida conduziu à bateria de indicadores de implementação, indicada na tabela seguinte. Esta bateria destina-se a estabelecer objectivos quantificados e monitorizar o sucesso de implementação da Agenda 21 Local da Lousã. **Estes indicadores procuram não ser complexos, mas sim inspiradores da população residente e das instituições presentes no território para que convertam os seus hábitos e participem activamente no desenvolvimento sustentável do seu Concelho.**

Tabela 4. Bateria de indicadores de implementação para monitorização da Agenda 21 Local da Lousã.

N.º	INDICADOR	FONTE	PERIODICIDADE	OBJECTIVO 2020
<b>INDICADORES GERAIS</b>				
1	População residente jovem	INE	Anual	+ 5%
2	Esperança de vida saudável	INE	Anual	+ 10%
3	Índice de participação pública	CML	Anual	+ 20%
4	Índice de satisfação dos residentes	CML	Anual	+ 15%
5	Índice de satisfação dos turistas	CML	Anual	+ 50%
6	Índice de satisfação dos investidores	CML	Anual	+ 15%
7	Índice de participação de voluntários	Rede Social	Anual	+ 20%
8	Número de actividades de sensibilização para a sustentabilidade	GC/FP	Anual	+ 20%
9	Número de reuniões do Fórum Participativo e do Grupo Coordenador	GC/FP	Anual	2/ano
10	Emissão de gases com efeito de estufa - GEE	CML	Anual	■ 30%
<b>INDICADORES ESPECÍFICOS</b>				
11	Toneladas de recolha selectiva	INE / CML	Anual	+ 20%
12	Consumo de energia na iluminação - milhares de kWh	INE	Anual	■ 10%
13	Electricidade obtida a partir de fontes renováveis	INE / EDP	Anual	+ 10%
14	Percentagem de postes iluminação pública eficientes / número total na vila da Lousã	CML	Anual	+20 %
15	Número de acções de educação e sensibilização ambiental	CML	Anual	+ 50%
16	Número de ecopontos	CML	Anual	+ 40%
17	Número de famílias a fazer reciclagem	CML	Anual	+ 40%
18	Número de compostores domésticos per capita	CML	Anual	+ 40%
19	Índice de participação de pais / encarregados de educação nas actividades escolares	Agrupamento de escolas	Anual	+ 20%
20	Índice de participação da família nas actividades dos idosos	IPSS	Anual	+ 20%
21	Área ocupada por espécies autóctones	CML	Anual	+ 20%
22	Número de espécies presentes no Sítio Rede Natura 2000 Serra da Lousã	ICNB	Anual	+ 5%
23	Capacidade ecológica da floresta	CML	Anual	+ 20%
24	Número de unidades empresariais/industriais ligadas à silvicultura e exploração florestal	INE	Anual	+ 20%
25	Número de empresas e sociedades comerciais criadas no sector turístico	INE	Anual	+ 10%
26	Número de actividades socioculturais	CML	Anual	+ 10%
27	Número de eventos culturais e desportivos em espaço público	CML	Anual	+ 50%
28	Número de acções de animação do património material e imaterial	CML	Anual	+ 20%
29	Número acções comunitárias	INE	Anual	4 / ano
30	Número de reuniões e mesas-redondas temáticas	INE	Anual	4 / ano
31	Número de iniciativas comunitárias originadas na população escolar	INE	Anual	2 / ano
32	Número de artigos nos jornais sobre acções comunitárias autónomas	CML	Anual	+ 50%
33	Área florestal certificada	CML	Anual	+ 50%

33	Volume de negócios das empresas e sociedades do Centro Histórico da Lousã	CML	Anual	+ 50%
34	Número de empresas e sociedades comerciais no Centro Histórico da Lousã	CML	Anual	+ 10%
35	Quilómetros de vias cicláveis	CML	Anual	+ 20%

Fonte: SPI, 2010.

Definida a bateria de indicadores de implementação, é identificada uma matriz de impactos que se relacionam com os objectivos operacionais da Estratégia de Sustentabilidade, ilustrando o impacto que a evolução temporal de cada indicador vai reflectir sobre o sucesso da implementação dos objectivos. **Com esta matriz de impactos é ainda possível aferir quais os indicadores mais influentes, associados à monitorização da implementação de cada um dos três Objectivos Operacionais e respectivos indicadores de execução.**

Tabela 5. Matriz de impactos dos indicadores de implementação sobre os objectivos operacionais.

INDICADOR	Objectivos Operacionais			INDICADOR	Objectivos Operacionais		
	Oo1	Oo2	Oo3		Oo1	Oo2	Oo3
1	☒	■	☒	19	☒	☒	■
2	■	☒	☒	20	☒	☒	■
3	☒	☒	■	21	☒	■	☒
4	☒	☒	■	22	☒	■	☒
5	☒	☒	☒	23	☒	■	☒
6	☒	☒	☒	24	☒	■	☒
7	■	☒	☒	25	☒	■	☒
8	■	■	■	26	☒	☒	■
9	■	■	■	27	☒	☒	■
10	■	☒	☒	28	☒	☒	■
11	■	☒	☒	29	☒	☒	■
12	■	☒	☒	30	☒	☒	■
13	■	☒	☒	31	☒	☒	■
14	■	☒	☒	32	☒	☒	■
15	■	☒	☒	33	☒	■	☒
16	■	☒	☒	34	☒	■	☒
17	■	☒	☒	35	■	☒	☒
18	■	☒	☒				

■ Elevado ☒ Médio

Fonte: SPI, 2010.

Os indicadores já identificados deverão ser demonstrativos da situação do Município e a sua evolução, revelando o trajecto que está a ser realizado em matéria de sustentabilidade. O sucesso destes indicadores só é possível se ocorrer um **comprometimento prévio das entidades chave no alcance das métricas**. Aumenta a responsabilização e mobilização social da população e contribui para que as empresas deixem de se orientar por conceitos meramente económicos, mas que considerem valores sociais e ambientais.

Os resultados devem ser objecto de análise nas reuniões do Grupo Coordenador e do Fórum Participativo, que irão avaliar o desempenho da implementação da Agenda 21 Local, por comparação dos indicadores com os valores estabelecidos como objectivo. Na sequência desta análise, poderão ser identificados pontos críticos, que não estão a ser executados conforme o previsto, e definidas medidas correctivas ao Plano de Acção.



#### 4. BOAS PRÁTICAS

Criar e implementar um modelo de desenvolvimento sustentável passa pela capacidade de, face à análise concreta das dinâmicas locais, mobilizar os agentes para a reflexão e acção, tornando-os assim os agentes da mudança. Os projectos a seguir apresentados mostram como estão a ser desenvolvidos esforços, em domínios decorrentes da análise desenvolvida para cada território, para moldar comportamentos, transformar problemas em oportunidades e criar novas visões de futuro.

Os exemplos seleccionados dizem respeito a acções implementadas no âmbito de Agendas 21 em Portugal - o “Mapa Positivo” de Águeda e um projecto de reciclagem em Armamar - e um projecto-piloto de redução dos consumos energéticos do Reino Unido (“Comunidades *Low Carbon*”). A sua selecção resulta da convergência entre as soluções preconizadas e os alguns dos desafios colocados à comunidade da Lousã.

### 3.1 Caso 1 – “Comunidades Carbono Zero” do Reino Unido

O desafio da redução das emissões de gases de efeito estufa conduziu à aplicação experimental, em diversas comunidades de Inglaterra, de formas de promover a mobilidade sustentável e a alteração dos padrões de consumo energético. Este exemplo serve como base inspiradora para a aposta do Concelho na redução dos seus elevados consumos de combustível e energia eléctrica.

## Low Carbon Communities Challenge

**WEBSITE:** [http://www.decc.gov.uk/en/content/cms/what\\_we\\_do/consumers/lc\\_communities/lc\\_communities.aspx](http://www.decc.gov.uk/en/content/cms/what_we_do/consumers/lc_communities/lc_communities.aspx)



O “Low Carbon Community Challenge (LCCC)” é um programa de investigação, com a duração de dois anos, que tem como objectivo testar opções que permitem reduzir substancialmente as emissões de carbono ao nível das comunidades.

Através de apoio financeiro e consultivo a 20 comunidades piloto, o LCCC permitirá o desenvolvimento de iniciativas locais que melhorem a eficiência energética e que sejam eficazes ao nível das alterações climáticas. Este programa promove ainda a aplicação de modelos positivos para a acção na comunidade, permitindo a partilha de ideias e experiências para inspirar outras comunidades a lançar as suas próprias iniciativas de baixo carbono.

As comunidades de *Norfolk, Isle of Wight, London, Nottinghamshire, Pembrokeshire, Cheshire, Northumberland, Yorkshire, Oxfordshire* e *Devon* são as primeiras dez das vinte comunidades a beneficiar do fundo de 10 milhões de libras previsto.

**CHALE GREEN, ISLE OF WIGHT**

O parceiro social - Ellen MacArthur Foundation pretende alterar o padrão de uma sociedade dependente de combustíveis através de uma abordagem integrada para a redução do carbono. As intervenções serão realizadas ao nível da construção das habitações e pela sensibilização para as alterações comportamentais. Toda a vila deverá beneficiar dos impactos sociais do projecto. De modo a assegurar a continuidade do projecto foram instalados diversos painéis solares que deverão financiar a ideia.

**PEMBROKESHIRE, WALES**

O foco da aplicação é a construção de um centro comunitário utilizando uma combinação de tecnologias "verdes", métodos de cultivo e técnicas de construção natural, que vai se tornar um espaço nuclear para a vila e um centro de sensibilização para modos de estar sustentáveis. O resultado será um replicável modelo de desenvolvimento rural integrado e sustentável.

### 3.2 Caso 2 – Projecto MAPA – Mapa Positivo de Águeda

A questão da percepção da comunidade da Lousã relativamente ao próprio território, as suas fragilidades e potencialidades, é uma condição essencial para a sua preservação e valorização. A Agenda 21 Local de Águeda parte igualmente desse pressuposto, tendo desenvolvido uma iniciativa, dirigida exclusivamente à população escolar, de reflexão individual sobre os aspectos positivos dos espaços públicos de Águeda. A utilização de novas tecnologias e a promoção do espírito crítico e empreendedor dos jovens constituem aspectos adicionais que valorizam a iniciativa.

#### Projecto MAPA – Mapa Positivo de Águeda

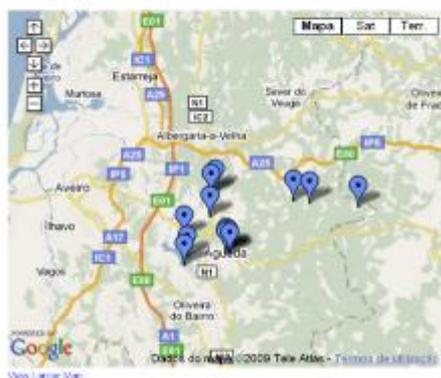
WEBSITE: <http://agueda21.wordpress.com/>

Palavras-chave: Educação para a Sustentabilidade, Cidadania.

A Agenda 21 Local de Águeda teve início em 2008, com o objectivo de tornar o concelho como um exemplo a nível ambiental, social e económico. As actividades desenvolvidas desde então envolveram acções de sensibilização, discussões e diversas acções de intervenção ambiental e social.

As escolas do concelho constituíram um agente privilegiado, desde o início, para a disseminação do conceito de sustentabilidade e para a implementação de acções concretas resultantes deste processo. Já durante o ano lectivo de 2009/2010 foi desenvolvido o projecto MAPA (MAPa Positivo de Águeda). Este projecto consiste em desafiar os alunos do ensino básico e secundário a identificar e reflectir sobre os aspectos que mais apreciam no seu bairro, através de representação gráfica, fotografia ou pequeno parágrafo escrito que no final serão coleccionados e disponibilizados num “mapa digital” recorrendo à tecnologia dos blogues e do *Googlemaps*. Esta iniciativa tem como objectivo cultivar o sentido crítico nos jovens relativamente ao local onde vivem, bem como identificar acções práticas que podem desenvolver para manter o seu bairro agradável.

Conheça os trabalhos realizados pelos alunos de Águeda no âmbito do projecto MAPA – MAPa Positivo de Águeda



Os trabalhos constituem também um meio de preparar os jovens para a realização de *workshops* sobre o tema nas diversas escolas do concelho, diferenciados consoante o ciclo de ensino.

### 3.3 Caso 3 – Bairro Limpo – Câmara Municipal de Oeiras

A mobilização da população da Lousã no sentido de uma maior participação no caminho para a sustentabilidade da sua comunidade constitui uma das linhas de força da presente estratégia. Neste âmbito, o Município de Oeiras desenvolveu em 2005 um projecto que se destinava a promover a intervenção dos próprios moradores na limpeza dos seus espaços públicos.

#### **BAIRRO LIMPO – CAMARA MUNICIPAL DE OEIRAS**

WEBSITE: [www.cm-oeiras.pt/amunicipal/OeirasRespira/SensAmb/BaiLim/Paginas/BairroLimpo.aspx](http://www.cm-oeiras.pt/amunicipal/OeirasRespira/SensAmb/BaiLim/Paginas/BairroLimpo.aspx)

Enquadrado nos projectos de promoção de uma cidadania ambiental activa, o Departamento de Ambiente e Equipamento da Câmara Municipal de Oeiras promove desde 2005 o projecto Bairro Limpo. Este projecto é já resultado de dois projectos importantes de cidadania activa - “Seniores em Movimento” e “Jovens em Movimento de Bairro”.

À semelhança de outros programas de ocupação de tempos livres de munícipes, o Bairro Limpo promove a realização de actividades de limpeza, manutenção de espaços públicos e sensibilização ambiental de um determinado bairro, apelando sempre à participação dos próprios moradores. Para concretizar o projecto foram constituídas brigadas de seniores (com idades superiores a 55 anos) e de jovens (com idades entre os 16 e os 23 anos), que distribuídas por zonas específicas do Concelho procedem à limpeza e manutenção dos espaços, de acordo com as suas faixas etárias.



Este projecto tem como objectivos específicos:

- *“Proporcionar aos participantes, a ocupação útil dos seus tempos reforçando em simultâneo dos seus rendimentos económicos através da atribuição de um subsídio;*
- *Promover a sensibilização ambiental, através de moradores do próprio bairro, com o objectivo de fomentar uma mudança de atitudes e comportamentos junto dos participantes, seus amigos e vizinhos;*
- *Contribuir para o melhoramento dos espaços urbanos através da realização de tarefas de limpeza urbana, manutenção de espaços verdes e acções de informação e sensibilização ambiental.”*

## 5. AGENTES CRÍTICOS PARA O SUCESSO DA AGENDA 21 LOCAL

A mudança de paradigma, para uma comunidade sustentável, deve operar-se nas lógicas funcionais e organizacionais, através da difusão de uma cultura de sustentabilidade e trabalho concertado entre toda a sociedade civil, num processo liderado pelo **Grupo Coordenador** e pelo **Fórum Participativo**.

Tabela 6. Grupo Coordenador e Fórum Participativo da Lousã.

Grupo Coordenador		Fórum Participativo	
Nome	Entidade	Nome	Entidade
Fernando Carvalho	Município da Lousã (Presidente CM)	Carlos Antunes	Junta de Freguesia da Lousã
Luis Antunes	Município da Lousã	Ana Maria da Conceição Ferreira	Est coimbra / Junta de Freguesia de Vilarinho
Paulo Carvalhinho	Município da Lousã	Tiago Gil Ventura	Aflopinhai
Edite Veríssimo	Município da Lousã	Fernanda Vaz	Activar
Ernesto Carvalhinho	Provedoria das Pessoas com Incapacidade	Vera Lúcia Coelho Gonçalves Simões	Activar
Manuela Direito	ICNB	Orlando Ferreira	Agrupamento de escuteiros
Carlos Batista	Município da Lousã	António Luís Almeida	Trevim
Ricardo Grade	Município da Lousã	Tito Andrade	Emequatro
		José Simões	Junta de Freguesia de Casal de Ermio
		José Padrão	Junta de Freguesia de Foz de Arouce
		Artur Correia	Junta de Freguesia da Gândara
		Filipa Marques	Provedoria
		Luis Antunes	Município da Lousã
		Henriqueta Oliveira	Agrupamento de Escolas
		Ana Maria B. Rosário	Agrupamento de Escolas Álvaro Viana Lemos
		Jorge Lima Monteiro	Agrupamento de Escolas Álvaro Viana Lemos
		Paula Maria Lopes Barata	Agrupamento de Escolas Álvaro Viana Lemos
		Sandra Vaz Silva	AFN - UGF PIN
		João da Franca	Sta. Casa da Misericórdia - Lousã
		Maria do Céu Lopes Marques	Dueceira
		Ana Souto	Dueceira
		Maria Adelina Palhota	Escola Secundária da Lousã

Fonte: SPI, Janeiro de 2010.

A participação e o acompanhamento da Agenda 21 Local por parte de todas as entidades e agentes locais é condição absoluta para o seu sucesso enquanto instrumento de gestão e planeamento local. A identificação de parceiros e agentes de cooperação foi realizada em parceria com os membros do Fórum Participativo:

- Município da Lousã;

- Juntas de Freguesia;
- Associação de produtores florestais da Lousã – Aflopinhal
- Dueceira
- Activar – associação de Cooperação da Lousã
- Associações cívicas e culturais;
- Organizações não governamentais de protecção da natureza;
- Associações desportivas;
- Associações recreativas e de melhoramentos;
- Agrupamentos escolares;
- Associação de pais;
- Escuteiros;
- Bombeiros (Municipais e Voluntários)
- Segurança Social;
- Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- Escola Profissional da Lousã;
- Outras entidades de formação profissional;
- Meios de comunicação locais;
- Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã - ARCIL;
- Instituto Português para o Emprego e a Formação Profissional – IEFP;
- Rodoviária da Beira Litoral;
- Instituto de Mobilidade e Transportes – IMTT;
- Autoridade Nacional para a Segurança Rodoviária;
- Autoridade Florestal Nacional.

De forma adicional, a SPI achou pertinente inserir as seguintes entidades:

- Associação Lousitanea;
- ICNB;
- Centro Pinus;
- Quercus;

- Rede de Aldeias de Xisto;
- Promotores do 'Projecto Rios' (<http://www.projectorios.org>)

## 6. PRÓXIMOS PASSOS

O corrente documento corresponde à fase de preparação da Estratégia de Sustentabilidade, a qual será aprovada pelo Grupo Coordenador e apresentada na terceira sessão do Fórum Participativo, a decorrer durante o mês de Fevereiro de 2010.

Posteriormente, com base nas áreas de actuação prioritárias e no trabalho elaborado pelos Grupos de Trabalho Temático (GTT) será elaborado o Plano de Acção. Este será construído e estruturado de forma a envolver a população local e regido por um sentido eminentemente prático, destinado a combater os problemas prioritários de uma forma coerente e integrada. Serão apresentadas medidas a tomar, identificados os responsáveis pela sua concretização, objectivos, metas, indicadores de sucesso. Este processo foi já iniciado com a realização do 2º Fórum Participativo, onde se solicitou aos presentes, como representantes da comunidade, que identificassem as acções concretizadoras da visão de sustentabilidade e os agentes responsáveis pela sua implementação.



Figura 10. Imagens da realização do II Fórum Participativo da Agenda 21 Local da Lousã

Fonte: SPI, 2010.

O Plano de Acção será apresentado e aprovado pelo Grupo Coordenador e debatidos na reunião do Fórum Participativo.